

# FICCIONALIZAÇÃO DO COTIDIANO

Rio de Janeiro, fevereiro de 2014. Um adolescente comete um furto e é amarrado a um poste, nu, após ter sido espancado por um grupo de jovens. O registro do fato chega às redes sociais, suscitando uma série de posições, favoráveis ou não, à resposta civil contra o criminoso. Na rede de televisão aberta, uma jornalista, em horário nobre, elogia largamente a ação dos justiceiros, num misto de editorial opinativo e discurso de ódio, referindo-se ao fato como “legítima defesa coletiva”. O evento teve uma série de desdobramentos ao longo desse ano e pode ser comparado a outras situações que tiveram, igualmente, como motivador ou incentivador, a relação entre violência e mídia.

Partindo do pressuposto que as redes sociais estimulam a produção de narrativas dramáticas, conforme discutimos na seção anterior, o objetivo deste último capítulo é discorrer sobre a forma pela qual se espriam os discursos televisivos de justiça entre os usuários dos sites de relacionamento, em uma expressão muito semelhante a aquela dos “programas policiais” que fizeram parte do cotidiano brasileiro de 1990 em diante. Para compreender a forma pela qual eventos violentos tem sido ficcionalizados nas redes, numa tentativa de justificar ações violentas, cabe rever alguns momentos importantes da história

recente, sobretudo as que dizem respeito ao deslocamento da “justiça” para a sociedade civil, discutindo, é claro, a afinidade entre imagem e violência.

## 4.1 A VIOLÊNCIA COMO ESPETÁCULO

O primeiro programa nacional de apelo popular veiculado no Brasil, intitulado *Aqui e Agora*, data de 1979, produzido e exibido pela extinta Tv Tupi. O programa ficou no ar até 1980, ano em que a emissora encerrou suas atividades e transferiu suas produções para a Rede Bandeirantes. No mesmo ano, o SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) estreia *O povo na Tv*, programa de mesmo formato, contando com nomes que se tornariam referência desse gênero nos anos seguintes, tais como Wagner Montes e Christina Rocha. Mas é no início da década de 90 que o mesmo SBT impulsiona a popularidade do gênero com o programa *Aqui Agora*, exibido ao longo de 7 anos com o slogan “um jornal vibrante, uma arma do povo, **que mostra na TV a vida como ela é**”<sup>1</sup>. A manutenção do programa foi resultado do apelo público a um tratamento mais sensacionalista dos casos policiais, especialmente em decorrência da Chacina de Matupá em 1990, que se tornou marco histórico do registro de eventos violentos no país.

Outro programa policial de grande importância é o *Cadeia Nacional*, exibido pela CNT e apresentado por Luiz Carlos Alborghetti, responsável pela popularização do uso de imagens violentas e pelo estilo intransigente de grande parte dos apresentadores dos programas atuais, em especial de Ratinho (Carlos Massa) que foi seu repórter e estrelou, anos depois, o programa *190 Urgente*, permanecendo à frente de programa popular até hoje no SBT. No final da década de noventa já eram conhecidos os programas que ainda são exibidos atualmente, tais como *Brasil Urgente*, *Balanço Geral* e *Cidade Alerta*, bem como o extinto *Linha Direta* que mais uma vez despontaram nomes importantes, tais como Celso Russomanno, Sônia Abrão, Gil Gomes, César Tralli, Marcelo Rezende, Roberto Cabrini e José Luiz Datena. Não por acaso, parte destes nomes além de tornarem-se referências formais na “análise” da realidade e da produção de violência social, acabaram entrando efetivamente na vida política ao serem eleitos a cargos públicos, o que demonstra o substabelecimento da guerra imagética e como se concede credibilidade aos vereditos apontados nesses programas. É

---

<sup>1</sup> Grifo meu.

muito comum ouvir nas ruas comentários semelhantes aos enunciados por esses personagens, o que aponta mais uma vez que existe uma relação estreita entre o ímpeto punitivo e as motivações midiáticas da prática anônima de violência nas ruas.

Foi em um desses programas de fim de tarde que os espectadores tiveram a oportunidade de assistir, sem nenhuma censura, ao suicídio de uma adolescente de 16 anos. Na manhã do dia 05 de julho de 1993, a menina foi vista pelo porteiro sentada no parapeito da janela do 7º andar de um prédio na região central de São Paulo. O trabalhador, é claro, chamou imediatamente os bombeiros. Já a equipe do programa, sintonizada à frequência de rádio da polícia, chegou simultaneamente aos socorristas e passou a noticiar o caso. Foram 15 minutos entre a chamada telefônica e a chegada das equipes. Com o início da filmagem e a entrada dos policiais no prédio, a jovem saltou 25 metros. A matéria durou 10 minutos e foi finalizada com a queda e o estrondo. De acordo com reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo<sup>2</sup>, 800 mil domicílios da grande São Paulo assistiram ao suicídio, com uma audiência que cresceu 33,5% naquele dia.

“O SBT misturou realidade com ficção. Não sabemos se a menina se suicidou porque queria morrer ou porque iria sair na televisão”<sup>3</sup>, foi uma das análises publicadas no jornal, enquanto a direção de jornalismo da emissora se eximiu de qualquer responsabilidade e se limitou a afirmar que alertou os espectadores sobre as imagens fortes, pedindo que crianças não permanecessem em frente aos televisores. Contudo, como o suicídio ocorreu às 11h da manhã e a matéria foi ao ar às 20h30, foi premeditadamente apresentada pelo programa como um registro extraordinário, reforçado pelos apresentadores com as corriqueiras expressões como o “não perca” e o “veja a seguir”, produzindo expectativa e ansiedade no público, como era de costume e ainda é possível ver nos programas transmitidos pelas redes Bandeirantes, SBT e Record nos dias de hoje.

Em todos os programas, regionais ou nacionais, são apresentados desde perseguições policiais e prisões até animais torturados, corpos em estado avançado de putrefação e cabeças decepadas. Diversos casos foram popularizados e ganharam visibilidade pela divulgação contínua nesses programas, entre eles os assassinatos da advogada Mércia Nakashima, Elisa Samudio e Carlos Matsunaga, junto à infinidade de “anônimos” vitimados todos os dias. Além

---

<sup>2</sup> Cf. Audiência aumenta 33,5% com suicídio. Folha de São Paulo. 06 de julho de 1993, p.3-3. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12111&anchor=4766624&origem=busca&pd=2c20c8897b18d13d1aaa164fdcbbba2a>

<sup>3</sup> Ibid., p.3-3

do acompanhamento das investigações, entrevistas com familiares das vítimas, policiais e advogados, são realizadas também dramatizações com atores que recontam a história das personagens e reconstituem os crimes. Mais recentemente, a pauta desses programas tem se voltado aos vídeos violentos que circulam nas redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas (como o WhatsApp). Com o uso de *blurs* e cortes nas imagens mais violentas, por conta das restrições legais, os programas retransmitem as imagens filmadas por populares, junto às críticas severas aos bandidos e o horror dos apresentadores e repórteres.

Em fevereiro de 2018, outro caso de suicídio foi noticiado<sup>4</sup> amplamente, especialmente pela mídia impressa e pelos portais de notícias que dispõem de *fanpages* no Facebook, pois contou com a participação direta dos curiosos no local. Da mesma forma que a menina foi filmada pela equipe do programa *Aqui Agora* na década de 90, um garoto de 17 anos saltou de uma passarela na BR-116, na região metropolitana de Curitiba, após longos 50 minutos de negociação com o Corpo de Bombeiros e sob o olhar atento dos passantes. O jovem foi resgatado com vida após a queda de 6 metros, mas morreu no hospital horas depois. O vídeo do fato, com 17 segundos de duração, foi editado e transmitido pelo programa *Tribuna da Massa*<sup>5</sup> (regional de Curitiba). Embora não tenha mostrado o momento da queda, a reportagem junto ao parecer do apresentador durou ao todo 6 minutos e 28 segundos. Neste intervalo, o vídeo foi reproduzido 13 vezes com ênfase às palavras de incentivo das testemunhas e cinegrafistas. Nele, ouve-se claramente o diálogo entre duas pessoas. De acordo com o bombeiro entrevistado pela equipe do programa, houve avanços na negociação com o adolescente, que passou a se comunicar com uma oficial. Contudo, foi somente após ouvir o incentivo desses indivíduos, que estavam a cerca de 200 metros da passarela, que o rapaz decidiu saltar. Já o vídeo, por sua vez, chega às emissoras após compartilhamento pelos próprios autores nas redes sociais.

- *Quer ibope, ô filha da puta.*

- *Pula logo, filho da puta, de cabeça.*

- *Deve estar descorneado, a mulher deve ter metido a galha nele. (risos)*

[...]

- *Agora vai.*

---

<sup>4</sup> Com situação já contornada, jovem ouve ‘pula, pula’ e se joga de passarela na BR-116. *Banda B*, 07 de fevereiro de 2018. Disponível em <http://www.bandab.com.br/cidades/com-situacao-ja-contornada-jovem-ouve-pula-pula-e-se-joga-de-passarela-na-br-116/>

<sup>5</sup> Rede Massa, retransmissora do SBT.

- *Vai! Vai logo, filho da puta! Pula logo.*
- *Caiu.*
- *Foi.*
- *Gravou? Me manda isso aí.*

O comparativo entre esses dois eventos é de uma evidência perversa. Em ambas as situações o testemunho da câmera, uma profissional e outra amadora, se dá pela atração do funesto, sobre o extraordinário do acontecimento e pela curiosidade sobre a morte. Há aí também uma alfabetização do público em decorrência da produção contínua da violência como espetáculo e como linguagem<sup>6</sup>, com o evidente deslocamento da produção de conteúdo para as mãos das testemunhas oculares antes, tão só, espectadoras dos programas policiais.

Se a quantidade de vídeos violentos compartilhados nas redes e reproduzidos nos programas é atemorizante, outro fator evidência a relação imagética com a violência e o registro dos fatos como documento. Já são diversos, também, os registros de transmissões de suicídios e homicídios ao vivo pela ferramenta *stories* do Facebook e Instagram. No Brasil, o caso mais flagrante foi o de uma estudante de ciências sociais, de 19 anos no Acre, que se enforcou e transmitiu o vídeo ao vivo para 286 seguidores no Instagram, em julho de 2017. Antes dela, em 29 de janeiro de 2017, um policial militar de 28 anos também havia transmitido seu suicídio por arma de fogo pelo Facebook, desta vez no Rio de Janeiro.

No dia 04 de setembro de 2015, o programa Brasil Urgente, apresentado por José Luiz Datena, transmitiu ao vivo o homicídio de dois homens na porta da Igreja da Sé em São Paulo. Na ocasião, uma mulher teve um desentendimento com seu companheiro, ainda no interior da igreja, enquanto a equipe do programa Pânico na Band realizava filmagens de outra pauta na praça em frente ao local. Quando o casal saiu da igreja, o drone da emissora passou a filmar a contenda e as imagens entraram ao vivo no programa de Datena, narradas com entusiasmo e preocupação por parte do apresentador. Com a chegada da polícia, o homem que ameaçava a mulher sacou uma arma de fogo e a fez refém. Foi então que um homem em situação e rua, até então testemunha<sup>7</sup> da situação, atacou-o e o

---

<sup>6</sup> Cf. Adorno, 2010, p.2.

<sup>7</sup> Um post publicado 2 anos após o evento dá conta da biografia dramatizada do homem assassinado. Post de Pedro Ferraz. 05 de setembro de 2017. (26 mil reações e 19.435 compartilhamentos). Disponível em <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1240976676007578&set=a.125875730851017.19943.100002857734454&type=3&theater>

afastou da vítima. O homem levou 3 tiros, enquanto o agressor era alvejado pela polícia. Ambos morreram na porta da igreja com transmissão ao vivo por volta das 17 horas de uma sexta-feira. O vídeo, repetido inúmeras vezes, que tomou praticamente toda a pauta naquele dia, ainda está disponível no site oficial do programa no portal Band/UOL<sup>8</sup>.

Todos estes exemplos demonstram o evidente papel da mídia na produção da “violência como linguagem”, bem como de suas narrativas, fazendo com que duas tendências contemporâneas do campo da comunicação<sup>9</sup> também se confirmem. De um lado se confundem informação e entretenimento, quando casos de violência são apresentados como parte de um objeto informativo, como acontecimentos dignos de divulgação e debate por parte do jornalismo das emissoras, embora dramatizados e marcados por forte apelo emocional. Do outro, esses mesmos programas solicitam da audiência interação e participação. Antes com telefonemas para denúncias contra os criminosos procurados, depois com as opiniões via *hashtags* nas redes sociais. Porém, a alteração mais importante nessa participação se dá justamente pela origem e fonte dos materiais veiculados, já que os vídeos amadores agora são retransmitidos lado a lado dos profissionais. Se a inserção das opiniões é editada pela direção do programa, fazendo com que nem sempre a participação seja possível, um registro admirável e inédito se transforma, todavia, em oportunidade de exposição, inclusive com identificação de autoria.

Com *smartphones* cada vez mais acessíveis e *user-friendly*s, os espectadores tornam-se autores ativos da programação desses shows e se apresentam como referendo da verdade e realidade dos fatos apresentados nos programas, testemunhando e documentando as ocorrências. No caso de uma enchente em determinada localidade da cidade de São Paulo, por exemplo, repórteres *in loco* têm sua narrativa complementada pelos comentários do apresentador, pelas imagens aéreas dos helicópteros da emissora e do corpo de bombeiros e igualmente pelas contribuições dos próprios moradores, que em tempo real confirmam a veracidade do acontecimento. De tal maneira, é evidente a interdependência irrevogável entre sociedade, cultura e mídia<sup>10</sup> nos tempos atuais,

---

<sup>8</sup> Tiroteio termina com duas mortes na Catedral da Sé. Brasil Urgente, Bandeirantes. 04 de setembro de 2015. Disponível em <http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/videos/ultimos-videos/15598457/tiroteio-termina-com-duas-mortes-na-catedral-da-se.html> .

<sup>9</sup> Cf. Teixeira, 2009, p.13.

<sup>10</sup> Cf. Hjarvard, 2014, p.25.

fazendo também com que os fatos e eventos sejam quase sempre mediados pela última, em maior ou menor grau.

Segundo Hjarvard, a midiaticização da vida e sua institucionalização são realizadas tanto de modo direto quanto indireto<sup>11</sup>, uma vez que as mudanças de comportamento ou a produção de novas estruturas de sentimento estão hoje condicionadas pela estreita relação com a tecnologia e com a crescente ciborguização dos cidadãos<sup>12</sup>. Em analogia, seja pelas alterações técnicas internas nos corpos, tais como o marcapasso ou implante coclear, sejam elas externas, tal qual as próteses, óculos ou o uso contínuo do *smartphone* como um acessório indispensável em todas as suas atividades, o sujeito contemporâneo atualiza suas experiências com o auxílio das tecnologias e, neste caso, pelo registro imagético e seu compartilhamento como forma de existir também no mundo virtual. Se viver nas redes é compartilhar conteúdo, quanto mais inédito e fidedigno este for, maiores são as chances de ganhar visibilidade e consagração diante dos pares. Prova disso é que, no tocante a eventos violentos, testemunhar uma ocorrência prevê obrigatoriamente sua exposição, substituindo, em diversas situações, um comportamento comum de autoproteção e sobrevivência: a “lei do silêncio”. De tal maneira, há, neste sentido, uma mudança direta no comportamento das pessoas, que passam então a documentar os eventos violentos dos quais são testemunhas, e mais do que isso, emitem suas opiniões quase sempre em aclamação, acompanhando a histórica espetacularização televisiva.

A violência praticada contra bandidos e delinquentes é constantemente reforçada como uma forma crítica e alternativa à suposta inaptidão punitiva do Estado, uma vez que tais programas foram responsáveis pela produção da espetacularização da “morte na tarde”, junto a um tratamento de eventos violentos que possui o estatuto jornalístico, ao mesmo tempo em que se caracteriza pelo reforço do “excesso ritualístico [que] toma a forma de rituais de extermínio exibidos como hiper-realidade”<sup>13</sup>. Com isso, o principal resultado desses discursos e da forma veemente pela qual se apresentam as perseguições, prisões, assassinatos e entrevistas de “bandidos” é a produção da figura contundente do inimigo e o entendimento dos acontecimentos com base numa relação exclusiva entre o bem e o mal. O cidadão, na sua residência, em horários estrategicamente distribuídos, passa o seu descanso (almoço ou pós-expediente de fim de tarde) consumido pela violência das ruas, a ação policial e a “análise de conjuntura” realizada

---

<sup>11</sup> Cf. Hjarvard, 2012, p. 66.

<sup>12</sup> Cf. Gray, 1995, p.322; Le Breton, 2003; Bourdieu, 2001, p.53.

<sup>13</sup> Al Sayyad; Roy, 2009, pp.109-110.

pelos apresentadores, o que produz, por sua vez, um “sistema significativo” que compreende alguns sujeitos:

o **rosto** ou o corpo paranoico do **deus-déspota** no centro significativo do templo; os **sacerdotes interpretativos**, que sempre recarregam, no templo, o significado de significativo; a **multidão histérica** do lado de fora, em círculos compactos, e que salta de um círculo a outro; o **bode emissário** depressivo, sem rosto, emanando do centro, escolhido e tratado, ornamentado pelos sacerdotes, atravessando os círculos em sua fuga desesperada em direção ao deserto.<sup>14</sup>

E, principalmente, o **bode expiatório**, supliciado, que aúfere a “vingança pessoal e pública” e garante que uma falsa justiça seja realizada contra o “corpo visível do criminoso”<sup>15</sup>.

Ao traduzir a alegoria de Deleuze e Guattari à proposta analítica desse tema, temos respectivamente o **Estado** no centro do círculo, interpretado e resignificado pelos **baluartes da mídia televisiva** (e atualmente da internet da mesma forma); o **público** que reproduz o discurso inflamado dos sacerdotes e replica muitas vezes também as ações violentas apregoadas por eles; os **criminosos** afastados da convivência social via prisões e apreensões e, finalmente, o **bandido supliciado**, espancado e morto pela polícia ou pelo público em geral. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que um bode emissário é deposto pela marginalização, o bode expiatório é supliciado por conta da “*irrevogabilidade* de sua expulsão e fragilidade das chances de apelar do veredicto que transforma os excluídos contemporâneos em “*classes perigosas*”<sup>16</sup>. Em resumo, gera-se principalmente uma caça às bruxas, elaborada por causas externas e internas<sup>17</sup> para a legitimação do conflito e cria-se um mundo que “visto pela TV parece ser constituído de ‘cidadãos-cordeiros’ protegidos de ‘criminosos lobos’ por uma ‘polícia de cães pastores’”<sup>18</sup>.

---

<sup>14</sup> Deleuze; Guattari, 1996, p.60, destaques meus.

<sup>15</sup> Foucault, 1987, p.42.

<sup>16</sup> Bauman, 2007, p.75, itálicos do autor.

<sup>17</sup> Cf. Girard, 2004, p.19.

<sup>18</sup> Bauman, 2007, p.19, aspas do autor.



## 4.2 A VIOLÊNCIA COMO DRAMATIZAÇÃO

Historicamente, vários personagens são construídos e reverenciados com base no antagonismo entre o bem e o mal, tão presente nas narrativas dramáticas sejam elas ficcionais ou não. Cada personagem adquire imagens identificatórias e insígnias, fazendo com que essas marcas, por sua vez, sejam capazes de determinar a natureza de qualquer outro sujeito que possa vir a proceder da mesma forma no futuro. O bandido, em especial o ladrãozinho que comete pequenos furtos, é um personagem subversivo muito presente ao longo da história social brasileira, reforçado desde o período colonial. A figura de Exu, por exemplo, que a partir do sincretismo religioso entre as crenças afrobrasileiras e o catolicismo, interioriza todo o mal e o próprio demônio, só é positivamente superado pelo Preto Velho, servil e obediente<sup>19</sup>. Junto a ele está o Malandro, de terno branco, chapéu panamá e navalha, que comete pequenos delitos e inaugura formalmente a figura do vagabundo. Contemporaneamente, passeia pelo imaginário, igualmente, o arquétipo dos capitães da areia e debuta, por fim, a imagem do Vida Loka<sup>20</sup>, construído na consciência coletiva como um bandido perverso que comete crimes por prazer e ridiculariza a posição anacrônica do sujeito diante da ordem, o trabalhador-zé mané.

O maniqueísmo reforça também a disputa entre essas duas personagens, fazendo com que o vida loka realoque a sua existência em uma guerra constante, institucionalizada, que gera o contexto no qual o marginalizado atua e precisa garantir a própria sobrevivência<sup>21</sup>.

O seu enterro foi dramático  
 Como um blues antigo  
 Mas tinha estilo  
 Me perdoe, de bandido

<sup>19</sup> Cf. Dealtry, 2009, p.95.

<sup>20</sup> Vida Loka, expressão utilizada normalmente pelos *rappers* Racionais MC's e Sabotage, designa o sujeito que vive em guerra contra o sistema histórico-social. Proveniente da expressão em inglês *Thug Life*, cunhada pelo também *rapper* 2pac (Tupac Shakur), pode ser livremente traduzida por “vida dura” ou “vida bandida”, referindo-se a um código de conduta que deve ser respeitado pelo *gangsta*, equivalente a um gangster contemporâneo, que vive no limiar entre a vida “comum” e a possível criminalidade, empregada quando considerado necessário. De acordo com o site brasileiro oficial do cantor, Thug Life também pode ser interpretado como “The Hate U Gave Lil’ Infants Fucks Everyone”. Disponível em [http://www.2pac.com.br/thug\\_life.html](http://www.2pac.com.br/thug_life.html).

<sup>21</sup> Vida Loka – Parte II, Racionais MC's, grifos meus.

Tempo pra pensar  
Quer parar  
Que cê qué?  
**Viver pouco como um rei**  
**Ou muito, como um Zé?**

Às vezes eu acho  
Que todo preto como eu  
Só quer um terreno no mato só seu  
Sem luxo, descalço, nadar num riacho  
Sem fome, pegando as fruta no cacho

Aí truta, é o que eu acho  
Quero também  
Mas em São Paulo  
Deus é uma nota de 100  
Vida Loka.

Porque o guerreiro de fê nunca gela,  
Não agrada o injusto e não amarela,  
O Rei dos reis foi traído e sangrou nessa terra  
**Mas morrer como um homem é o prêmio da guerra**  
Mas ó, conforme for, se precisar, afogar no próprio sangue, assim será,  
Nosso espírito é imortal, sangue do meu sangue,  
Entre o corte da espada e o perfume da rosa,  
Sem menção honrosa, sem massagem.  
A vida é loka nêgo,  
E nela eu tô de passagem.

Logo, a morte torna-se programada e prevista e a sua batalha subjetiva é condição para um progresso pessoal que não será garantido por outro meio formal, em decorrência da condição de subvida que a publicidade e o modo de produção reiteram. Com a guerra e a incentivada caçada pública ao bandido, duas imagens são aí elaboradas, principalmente por meio dos programas e páginas policiais: a do bandido procurado, com insígnias que identificam todos os demais na mesma proporção e a do bandido supliciado, que é apresentado como um troféu, por meio do seu corpo, rosto, documentos formais e informais de identificação, tais como o registro de identidade ou as tatuagens e vestimentas, servindo de exemplo para aqueles que ainda estão sendo caçados.

Como expressão desta "caçada", por exemplo, a própria Polícia Civil do Rio de Janeiro faz *selfies* na ocasião da prisão do traficante Rogério 157. Por ser um dos bandidos mais procurados na disputa pelo comando do tráfico na favela da Rocinha, com recompensa de 50 mil reais para informações que levassem a sua

prisão, as imagens são claramente troféus pelo feito. Por comparação, as imagens do bando de Lampião, datadas respectivamente de 1936 e 1938, também demonstram essa disputa de poder referendada por meio da expressão imagética.

As duas imagens do Cangaço são alegóricas no que tange a disputa imagética. Na primeira, de autoria de Benjamin Abrahão<sup>22</sup>, contratado por Lampião para o registro, o grupo aparece na sua formação completa. A imagem foi publicada nos jornais da época (1936) e causou furor pela afronta e audácia do grupo. Foi tomada como uma provocação contra o Governo Federal e motivou a ampliação da caçada do bando embrenhado no sertão nordestino. Dois anos depois, outra imagem, igualmente publicada nos jornais, intitulada “Os trágicos troféus de Angicos”<sup>23</sup>, mostra o outro lado da guerra, bem como a ufanía e o brio sobre os bandidos abatidos. O discurso que se elabora é o bastante conhecido “bandido bom é bandido morto”, o que gera de um lado o desejo de ver os resultados da caça e do outro o triunfo da habilidade de esquivar-se todo o tempo da perseguição. Não é por acaso, também, que as cabeças dos “bandidos” estão dispostas em uma espécie de altar.

Neste sentido, na condição da guerra imagética midiaticizada, a produção de características estereotipadas do inimigo é fundamental, já que é produzida aí a legitimidade do uso da violência como um direito plausível de qualquer um. O papel da imagem, do aparelho/meio<sup>24</sup> e do videodrome<sup>25</sup>, nesse sentido, é adequar o discurso imagético ao público que o recebe, nunca passivamente, reforçando a condição da guerra generalizada e naturalizando a violência. O desviante encarnado no arquétipo de bandido, quando morto pela polícia ou pelo “cidadão de bem”, gera o reforço de um círculo vicioso: o clamor dos bons contra o Mal. Em ocasiões como essa, a vingança e a truculência são sempre foco central, como é possível verificar em vários comentários de vídeos disponíveis no Youtube<sup>26</sup>.

Errar é uma coisa e errar sempre é outra, aposto que não é o primeiro roubo deles. E o pior é que quando sai rouba de novo, bandido bom é bandido morto cara, e ponto final. (comentário 1, 2014)

<sup>22</sup> <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/5247>

<sup>23</sup> <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=9527>

<sup>24</sup> Cf. Flusser, 2009.

<sup>25</sup> Cf. Canevacci, 2001.

<sup>26</sup> No Youtube foram levantados por mim, no início do mês de agosto de 2014, aproximadamente 13.700 resultados em vídeo para a palavra-chave “linchamento”, enquanto que, de acordo com Oliveira (2011, p.08), a mesma busca em julho de 2011 apontava apenas 317 vídeos disponíveis. Em outubro de 2014, cinco meses após o linchamento do Guarujá, foram encontrados 13.400 resultados. Já em fevereiro de 2018 constavam 14.900 entradas para o termo. Atualmente, a plataforma não apresenta mais o número total de vídeos disponíveis nos seus resultados de busca.

Voçe provavelmente nunca foi assaltado e outra vc fica protegendo ladrao seria massa se ele meteçe um tiro na sua Mae (comentário 2, 2014, *sic*)<sup>27</sup>

Que cena linda,muito emocionante (comentário 3, 2017)

Para além da punição, o “cidadão de bem” deseja igualmente que sejam realizadas ações preventivas nos locais que acredita encerrar maior periculosidade, ou seja, nas periferias. Entre essas ações estão a ampliação de quadro policial ou ações arbitrárias como as ocupações violentas dos morros cariocas prévias à implementação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora). Está também a recente intervenção militar no Rio de Janeiro, que transfere a segurança pública da esfera estadual para a federal, fazendo com que a população em geral acredite que estas operações podem de fato evitar a prática criminosa, o que acentua, essencialmente, a ideia de que toda periferia é violenta e que todo morador dela é um bandido em potencial. Caso não seja cumprida a função pelo “braço forte” do Estado, legitima-se assim o deslocamento do direito de punir à sociedade civil, que se ofende com a infração do bandido contra o pacto da ordem social e garante, por conta disso, um direito aleatório e de difícil vigilância.

Foucault admite que a aparência das estruturas possui diferentes alcances, amplitudes cronológicas e capacidades de produzir efeitos, em decorrência de diversos agenciamentos e em virtude de redes, níveis e fios que ligam e engendram os acontecimentos uns aos outros. Neste sentido, os campos simbólicos e as estruturas significantes podem ser reconhecidos por meio da “genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas”<sup>28</sup>, pois, já que admitida a existência de uma guerra imagética entre bons e maus, os meandros e seus métodos devem ser os pontos fundantes da discussão. Mais que a historicidade belicosa e a materialidade da violência em si, as relações de poder imbricadas neste processo precisam passar pela trajetória das mercadorias visuais e as suas relações de sentido (não menos materiais), reconhecendo as formas de estigmatização produzidas, principalmente pela mídia e pelos seus códigos, no sentido de identificar as formas de reprodução destes discursos, já que reforçam, por sua vez, a reprovação do desempenho institucional e a legitimação das ações violentas autônomas contra o inimigo.

---

<sup>27</sup> Ambos os comentários são do vídeo intitulado “Dupla de assaltantes é linchada na rua Natal em Cidade da Esperança” publicado em fevereiro de 2013. Contava, em outubro de 2014, com mais de 504 mil reproduções e quase 900 qualificações positivas. Em 2021, o vídeo continua disponível na plataforma e conta com 770 mil visualizações. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cWf3kOGIP6o>

<sup>28</sup> Foucault, 2000a, p.05.

Trata-se em suma de uma ideologia que une e que separa, a pensar, por exemplo, a cristalização do arquétipo do inimigo na herança cultural<sup>29</sup>, desde a figura dos bandidos e mocinhos dos *westerns* à sensação catártica da vingança na edificação de heróis diante da maldade impura dos oponentes. *Rambos*, *Exterminadores do Futuro*<sup>30</sup>, *Dirty Harrys*, *Braddocks*, *Robocops*, *Capitães Nascimento*<sup>31</sup>, *Jack Bauers* e tantos outros são a matriz da fórmula de construção dos heróis justiceiros. São eles que promovem, a partir da mimesis, a “realização” do ato violento por intermédio da personagem<sup>32</sup>, resultando em um efeito prazeroso que representa o ato real para o espectador. E é justamente nessa confusão entre ficção e realidade, dramatização e informação, que a guerra imagética entre os bons e o maus é produzida. Os programas televisivos e, por analogia as publicações nas redes sociais, utilizam recursos narrativos encrustados no imaginário para produzir os efeitos dramáticos da violência, como se ela própria já não se bastasse. Os vídeos são narrados com veemência, as personagens ampliadas em suas características. Tanto o heroísmo quanto a ruína do inimigo são glorificados.

Bourdieu afirma que os efeitos do real mobilizam ideias e representações por meio da imagem, que é, por sua vez, capaz de produzir o que se faz ver<sup>33</sup>. Ou seja, quando há “investimento no jogo”<sup>34</sup>, as chances de se produzir uma “ficção coletiva”<sup>35</sup>, uma *illusio* ou espetáculo a ser contemplado<sup>36</sup> aumentam na proporção em que os discursos são tomados como verdadeiros ou como referentes para apreensão da realidade. Quando essa relação diz respeito exclusivamente ao universo ficcional e a imersão do leitor-espectador na narrativa, se faz como uma exigência natural para um bom relacionamento com a obra de natureza ficcional. Contudo, a questão que se coloca é justamente a que diz respeito à transferência da lógica, dos discursos e agenciamentos para a relação com o mundo real, quando o caráter e os valores das personagens são interiorizados pelo leitor-espectador e passam a ser usados como justificativa para as suas ações violentas. De tal forma, já que essa confusão se estabelece e faz com que as representações

<sup>29</sup> Cf. Auerbach, 1976.

<sup>30</sup> Nos filmes *Rambo-Programado para Matar* e *Terminator 1*, os personagens de Stallone e Schwarzenegger iniciam como fugitivo da lei e vilão, respectivamente, assumindo somente nas sequências a condição de “heróis”.

<sup>31</sup> *Tropa de Elite*, dir. José Padilha, Brasil, 2007.

<sup>32</sup> Cf. Hikiji, 1998.

<sup>33</sup> Cf. Bourdieu, 2001, p.28.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 165; *Id.*, 1996, p.49.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p.32.

da realidade sejam por vezes tomadas como a própria realidade, nada mais justo do que produzir categorias para a sua apreensão, direcionando ações e enredos de acordo com os valores apregoados pelo modo de produção.

Os índices de desemprego, criminalidade e outros problemas sociais podem ser dramatizados na sua desordem<sup>37</sup>, como parte de uma narrativa capaz de justificar a violência, ilibando-a das questões políticas. Justificam-se igualmente os mecanismos de controle<sup>38</sup> e a categorização dos bons e dos maus sob a mesma lógica. Quanto ao desemprego, por exemplo, cabe ao Estado garantir a sobrevivência do “bom pobre” enquanto pune a delinquência do “mau”<sup>39</sup>, fazendo com que se produza e reproduza uma narrativa que determina a relação crime-pobreza como algo evidente. Enquanto o *zé mané*, homem bom mas de má sorte, merece a atenção institucional em um momento de dificuldade, o *vida loka* é alvo e deve ser extinto, já que interioriza em si e na sua conduta a causa dos problemas sociais. Tais categorias estão assim carregadas de narratividade e permitem que a intervenção seja realizada de forma autorizada e incentivada, fazendo com que o espectador da violência se reconheça do lado dos bons e embarace justiça e vingança diante de uma situação que “exija” sua performance.

As relações estabelecidas entre essas produções de verdade junto à instância comunicacional<sup>40</sup> geram o fetichismo que transforma a mensagem midiática em algo material, “real como uma cadeira”<sup>41</sup>, promovendo no espectador (consumidor das mercadorias visuais) um sentimento de pertencimento. A “massa” deixa de ser espectadora e passa a ser, interativamente, parte ativa e fecunda do processo de produção da ficção social. Estas mercadorias visuais agenciam uma “comunicação aurática reprodutível”<sup>42</sup>, em uma reinterpretação de Benjamin<sup>43</sup>, e estabelecem a sacralização dos acontecimentos e suas personagens. Até mesmo o espectador se engendra como “uma construção ficcional dos meios de comunicação”<sup>44</sup>, em um processo realizado por meio de um “alto índice de aprendizagem ‘espontânea’, graças à difusão de um duplo elo com o qual envolve

---

<sup>37</sup> Williams, 2002, p.78.

<sup>38</sup> Ibid., p.78.

<sup>39</sup> Cf. Topalov, 1990, p.339.

<sup>40</sup> Cf. Canclini, 2013, p.20; Thompson, 1999, p. 106; Bourdieu, 2013, p.90.

<sup>41</sup> Canevacci, 2009, p.56.

<sup>42</sup> Ibid., p.13.

<sup>43</sup> Cf. Benjamin, 1987.

<sup>44</sup> Canclini, 2009, p.184.

o espectador através de um sistema de mensagens cruzadas, feitas de ameaças e de promessas<sup>45</sup>.

E é deste modo que a imagem passa a constituir novas mitologias<sup>46</sup>, do bode expiatório diante do deus-déspota, o que justifica a ideia do sacrifício<sup>47</sup>, e a relação entre a imagem veiculada e a construção da realidade factual. Uma guerra, o bandido, a violência, o homem bom contra a maldade passam a ser vivenciados, familiarizados e valorados<sup>48</sup> em conformidade ao que é visto e materializado por meio da mercadoria imagética.

No sentido da superfície, um elemento dá significado a outro e recebe significado de outro. Destarte, a superfície da imagem passa a ser significativa, carregada de valores. Está *plena de deuses*. Mostra o que é “bom” e o que é “mau”: os tanques são “maus”; as crianças são “boas”; Beirute em chamas é “infernai”, os médicos de uniforme branco são “anjos”. A fotografia é hierofania: o sacro nela transparece.<sup>49</sup>

A existência histórica de programas policiais transmitidos em horários nobres da televisão aberta, normalmente na hora do almoço e no final da tarde desde a década de 80, multiplicaram igualmente os compartilhamentos de vídeos amadores nas *timelines* dos usuários das redes sociais e a aceitação coletiva dos registros como forma legítima de punição aos criminosos, seja pela exposição de suas identidades seja ainda pelo registro dos seus castigos. Entretanto, além da violência gráfica presente na ficção, do *Explotation*<sup>50</sup> às notícias de crimes dramatizados por atores nos programas televisivos, fizeram muito sucesso também os *snuff videos*<sup>51</sup>, que circulam agora, novamente, na forma de vídeos amadores de acidentes automotivos e eventos brutais de crimes ou justiçamentos, onde é possível ver corpos dilacerados e vítimas agonizando até a morte. Em especial no Facebook, após mudança técnica, em 2017, que permitiu a exibição automática dos vídeos postados, tornou-se muito comum deparar com diferentes

<sup>45</sup> Canevacci, 2001, p.154.

<sup>46</sup> Cf. Flusser, 2009.

<sup>47</sup> Cf. Girard, 2004.

<sup>48</sup> Cf. Flusser, 2009, p.66; Veiga, 2002, p.45.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p.56, itálicos do autor.

<sup>50</sup> Gênero cinematográfico sensacionalista que abrange desde os filmes de perseguição às narrativas de canibalismo, e fazem uso de violência excessiva na construção das histórias.

<sup>51</sup> São vídeos de assassinatos, estupros, amputações e tantos outros tipos de violência, normalmente amadores e sem cortes, comercializados ou distribuídos como registros verdadeiros. Em muitos casos, comprovou-se a ficcionalidade das cenas, embora existam espaços restritos de compartilhamento deste material “real” na *Dark/Deep Web*, bem como a circulação de outros materiais *gore* de “menor impacto” nas redes sociais da superfície.

publicações desse gênero. Elas vêm acompanhadas de comentários condolentes, o que revela um interesse geral sobre as imagens da violência, sobretudo quando o vídeo é antecedido por uma tela inicial que alerta para o forte conteúdo.

Atualmente, as imagens que são categorizadas como violentas pelo algoritmo da plataforma, deixando a cargo do usuário a decisão de visualizá-la ou não. Com relação às publicações jornalísticas referentes ao suicídio em Fazenda Rio Grande, retoma-se o mesmo discurso televisivo que alerta sobre exibições de “imagens fortes, que devem ser evitadas por crianças e pessoas sensíveis”, embora seja incontestável que tal anúncio atua diretamente sobre a curiosidade do público, constantemente guarnecido por este tipo de imagem, quase como um incentivo para o clique. De tal maneira, quando tomados todos esses exemplos, é notório o fato de que a violência imagética também se ampara na sociabilidade. A sua produção e reprodução passam pela coletividade e se generalizam na forma de uma resposta não institucional à suposta guerra, apregoada pelo excessivo número de imagens violentas que circulam pelo público em geral.

### 4.3 EFEITOS PERVERSOS DA VIOLÊNCIA DRAMATIZADA

A Chacina de Matupá talvez seja o primeiro destes grandes casos no Brasil, quando a população realiza e registra um ato violento coletivo<sup>52</sup>, o que fez com que este evento se tornasse um dos maiores responsáveis pela difusão e consolidação dos programas policiais televisivos. Na ocasião, três homens acusados de roubo e sequestro foram espancados e queimados vivos diante de centenas de pessoas. Foi também o primeiro linchamento a ser exibido integralmente na televisão brasileira e teve, em julgamento realizado apenas 23 anos depois, após prescrição, somente 3 condenados dentre 18 acusados civis<sup>53</sup>. Dos 7 policiais indiciados, todos foram absolvidos.

A considerar que o crime de linchamento não existe formalmente<sup>54</sup> e por consequência não é hediondo, embora também utilize de violência grave

---

<sup>52</sup> No Brasil, o primeiro registro documental de linchamento data de 1585 na Bahia. Cf. Martins, 1996, p.11.

<sup>53</sup> Um último civil foi julgado em 2016. Nas 3 condenações as penas variaram de 4 a 8 anos de reclusão.

<sup>54</sup> No Código Penal Brasileiro não está prevista a tipificação do crime de linchamento, que é enquadrado normalmente como lesão corporal, lesão corporal grave, tentativa de homicídio ou homicídio qualificado, definido de acordo com a gravidade das ofensas. A única menção



tal qual o estupro ou latrocínio, é possível falar em um amparo à “cultura de extermínio”<sup>55</sup> e ao ato de justiça popular antijudiciário discutido por Foucault<sup>56</sup>. As poucas consequências reforçam, portanto, o incitamento ao vigilantismo<sup>57</sup> e à vingança comunitária, uma vez que, de acordo com Martins, normalmente é motivado pelo comunitarismo e pelo pânico de vizinhos, parentes e conhecidos que identificam na ação violenta uma forma de produzir justiça contra os criminosos e conjuntamente contra as autoridades ineficientes. Para ele, o linchamento pode ser inclusive reconhecido popularmente como uma expressão de participação democrática produzida como uma função social de reconstrução de valores, embora absolutamente irracional<sup>58</sup>.

Com base no relato de testemunhas, Matupá nunca foi uma cidade tranquila e, em decorrência do garimpo de ouro, sempre registrou assaltos e assassinatos entre seus pouco mais de 10 mil habitantes à época<sup>59</sup>. Foi por conta desse histórico e de tal justificativa que, após a invasão de uma fazenda por três homens, a revolta generalizada se instalou e o acontecimento teve início. Foram feitas reféns, além de crianças, duas mulheres, uma delas grávida, que permaneceram sob o poder dos bandidos por mais de 12 horas. Após longa negociação com a polícia e a garantia de que iriam sair em segurança, os homens se entregaram e foram levados no carro do prefeito em direção ao aeroporto, já que o combinado seria a transferência por aeronave para uma prisão em Sinop. Nos autos consta oficialmente uma tentativa de fuga, e muito embora os sete policiais envolvidos tenham sido inocentados, restam suspeitas sobre a facilitação por parte deles para a ação de captura realizada pela multidão. Os três homens foram, assim, retirados do carro, espancados e tiveram seus corpos incendiados. A filmagem do ocorrido foi registrada em 56 minutos de duração e finaliza antes da morte do último assaltante.

Conhecido como Chacina de Matupá, o linchamento dos 3 homens ocorreu em 23 de novembro de 1990. Porém, de acordo com a Revista Veja<sup>60</sup>,

---

aparece no Art. 345 que preceitua o seguinte: “fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite: Pena - detenção, de **quinze dias a um mês**, ou multa, além da pena correspondente à violência.” Brasil, 1940. Grifos meus.

<sup>55</sup> Souza, 1999, p.331.

<sup>56</sup> Cf. Foucault, 1982, p.43.

<sup>57</sup> Cf. Martins, 1996, p.13.

<sup>58</sup> Cf. Martins, 1995, p.299.

<sup>59</sup> Cf. IBGE, 1991, p.32.

<sup>60</sup> A morte no fogo. Revista Veja, 06 de fevereiro de 1991, nº1168, p.77. Disponível em <https://>

as imagens só vieram a público em janeiro de 1991, transmitidas até mesmo internacionalmente pela CNN. A fita chegou às emissoras de televisão após ser entregue por um padre da cidade no escritório do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos em Brasília. Após a denúncia, bastaram 4 dias para que o documento vazasse e se tornasse a manchete principal de diversos programas. Foi então que o evento se tornou alegórico, menos pela brutalidade com que os assaltantes foram “punidos” pelos populares, mas especialmente por conta da transmissão do vídeo realizada de forma reiterada. A filmagem com quase 1 hora de duração cobre sem cortes os 15 minutos de agonia de Arci, a vítima que foi interrogada pela população mesmo após todas as injúrias físicas. O vídeo teve fragmentos exibidos repetidamente em tv aberta, foi comercializado em cópias VHS por locadoras e ainda pode ser encontrado com facilidade na internet.

O prefeito assistia à cena. Os outros dois assaltantes, aparentemente, já estavam mortos.

“Confessa quem te mandou assaltar a casa que a gente te leva para o hospital”, promete alguém, enquanto Arci<sup>61</sup> vai tendo o corpo consumido pelo fogo. “Me deixem morrer... Quero minha mãe. Onde está meu pai?”, diz Arci.

A mesma pessoa ainda pergunta: “Tu estás arrependido? Pede perdão.” Suplicando, cercado por dezenas de pessoas, das quais só os pés aparecem no vídeo, Arci fala baixinho: “Perdão Deus, deixe-me morrer.” Em seguida faz o sinal da cruz.

Outro morador exige que Arci reze o Pai Nosso e confesse diversos crimes ocorridos na cidade. Sem forças, ele apenas geme, enquanto o sangue escorre de sua boca. Numa tentativa de se livrar do interrogatório, Arci parece admitir ter praticado diversos roubos em Matupá.

Após os 56 minutos gravados da chacina, a fita encerra com Arci ainda vivo. O cinegrafista não revelou ao padre Tencate se ele recebeu algum atendimento médico antes de morrer ou se os corpos ainda foram mutilados pela população. De acordo com o padre, as três vítimas de Matupá foram enterradas no cemitério da cidade como indigentes. Segundo Tencate, não houve registro de ocorrência policial da tentativa de assalto nem da chacina. Os três homens, conforme apurou o padre, estavam desempregados havia dois meses.<sup>62</sup>

---

[acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/33375?page=76&section=1](http://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/33375?page=76&section=1)

<sup>61</sup> Os três homens eram irmãos e haviam ido do Paraná ao Mato Grosso, 700 km de Cuiabá, em busca de emprego.

<sup>62</sup> Filme revela chacina em Mato Grosso. Estado de São Paulo, 31 de janeiro de 1991, p.21. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19910131-35571-nac-0021-999-21-not>.

Foi também em vista da repercussão e audiência do caso em diversos veículos de comunicação que se efetivou a consolidação dos programas policiais e a crescente dramatização das transmissões, junto à formação de um exército de apresentadores e repórteres especializados na “busca de informações” *in loco*. Com as imagens da Chacina, um novo tipo de narrativa foi produzido, fazendo com que o furo jornalístico e a importância dos eventos ficassem condicionados à presença das equipes jornalísticas nos locais dos fatos, mostrando corpos estirados na rua, a consternação das testemunhas e familiares, a presunção de culpa dos criminosos, bem como o trabalho dos investigadores. Inquéritos policiais passaram a ser televisionados e produzidos pelas equipes desses programas, uma vez que o interesse do público volta-se, então, ora para a bestialidade das imagens, ora para a resolução dos casos e punição dos criminosos.

Saliente-se que a violência transmitida pela mídia tradicional não é um fenômeno recente e não se limita à programação televisiva. O entendimento sobre a proporcionalidade entre apelo imagético e recepção pública remete à constatação de Garland<sup>63</sup>, que discute a estreita relação entre o aumento dos casos de linchamentos nos EUA no final do século XIX e a popularização da fotografia e imprensa moderna, afirmando que o registro dos acontecimentos favoreceu a sua reincidência. De acordo com o autor, entre os anos 1882 e 1940 foram registrados mais de 4 mil casos de linchamentos no jornais. Era comum, igualmente, a venda de fotografias profissionais de corpos mutilados e carbonizados na forma de cartões postais, por sua vez, trocados entre amigos e familiares como lembranças de férias, tendo no verso felicitações e a ênfase sobre a honradez dos participantes no evento registrado. Embora as imagens mostrassem agressores orgulhosos, tal qual Matupá, as autoridades insistiam na dificuldade de acusá-los, uma vez que não poderiam ser identificados formalmente. De tal maneira, o crescimento do interesse público sobre os linchamentos corresponde diretamente à propagação dos casos e ao elogio aos justiceiros, que embora torpes, são reconhecidos, a exemplo deste registro histórico, como homens corretos que precisam sujar as mãos para fazer justiça. Mais uma vez se reforça, assim, a relação entre o bem e o mal, alegorizada em personagens ocasionais: sacerdotes indultados e bodes expiatórios.

A produção do justicamento e da violência generalizada transmitida pela televisão foi inaugurada formalmente com esse acontecimento em Matupá e promoveu, dada a sua repercussão e menção persistentes, o aumento significativo no interesse da imprensa sobre casos de linchamento em todo o

---

<sup>63</sup> Garland, 2015, p. 794; p.806.

país ao longo do ano de 1991. Dados do NEVUP<sup>64</sup> demonstram, com efeito, o crescimento disparatado na veiculação de casos de linchamentos<sup>65</sup> nesse ano, que saltaram em uma centena quando comparados com os números do ano anterior. Trata-se do maior índice alcançado em 26 anos e expõe o interesse público sobre acontecimentos do gênero, senão a aplicabilidade da hipótese que remete ao efeito *copycat*<sup>66</sup>, verificado quando há uma repetição momentânea de comportamentos que são divulgados insistentemente pela mídia. Entende-se, a partir desta lógica, que a propagação de manchetes violentas produz o contágio e o incentivo à reprodução dos fatos<sup>67</sup>, dada a exposição de uma experiência aparentemente positiva e com final feliz, nesses casos, a punição exemplar do bandido.

---

<sup>64</sup> Núcleo de Estudos da Violência da USP.

<sup>65</sup> O NEVUP realizou o levantamento a partir do que chamou de Banco de Dados da Imprensa, realizando uma busca por menções em manchetes ou notícias publicadas em jornais impressos que se referiam a graves violações de direitos humanos, entre elas os linchamentos. Utilizou como fonte jornais do eixo Rio-São Paulo e sistematizou um universo total de 21.231 casos registrados.

<sup>66</sup> Coleman, 2004.

<sup>67</sup> Por entenderem que o efeito *copycat* justifica-se, o CDC (Centers for Disease Control and Prevention) nos EUA e o Conselho Federal de Psicologia no Brasil preconizam, por exemplo, que suicídios não devem ser noticiados pela grande imprensa, sob pena de promover determinado tipo de incentivo sobre pessoas que sofram de algum transtorno psicológico. Um acordo informal acatado pelos jornalistas determina que somente casos que tratem de pessoas públicas ou possam servir como alerta à população devem ser veiculados, no entanto não é sempre que este combinado é respeitado. Em uma breve busca da aba notícias no site de buscas do *Google* em agosto de 2014, aparecem 155.000 resultados para ‘suicídio’, já para ‘linchamento’ a busca aponta 358. Em março de 2018, ‘suicídio’ aponta 1.5 milhão de resultados, enquanto que ‘linchamento’ retorna 8.900 reportagens. Já em novembro de 2021 podem ser acedidos 11.4 milhões de resultados para ‘suicídio’ e 21 mil para ‘linchamento’.

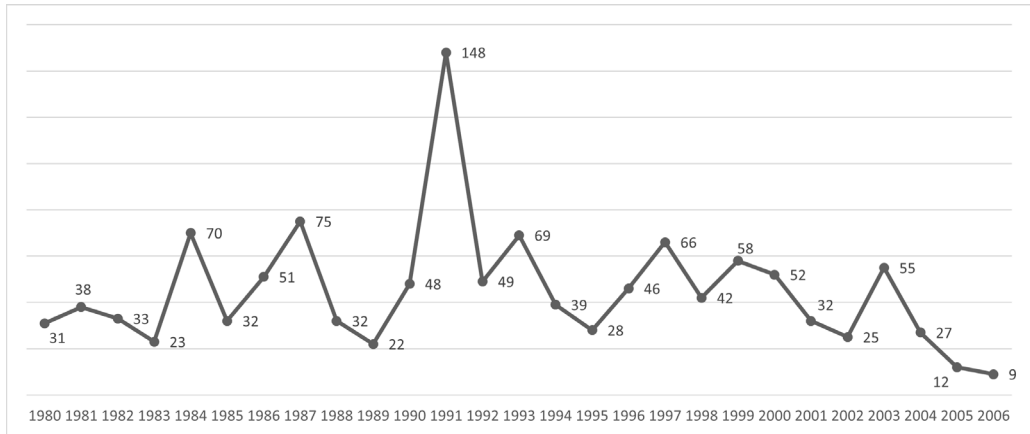


Gráfico 1 – Número de linchamentos ocorridos entre os anos de 1980 e 2006.

Fonte: NEVUP, 2014.

Quando “o linchamento aparece como diversão, como um evento alegre e significativo para a comunidade”<sup>68</sup>, tal qual uma malhação de Judas, é reconhecido como saída conveniente para a produção de uma sociedade livre de criminosos, já que se reforça o discurso sobre a ineficiência da justiça e a obrigação da sociedade civil em livrar-se dos enfeitados. Cabe destacar mais uma vez que o crime em Matupá não teve resolução, com a absolvição de praticamente todos os envolvidos, inclusive autoridades locais, como policiais, vereadores e o prefeito, e foi repercutido positivamente em diferentes programas, em especial no Aqui Agora, atração de maior audiência na época.

É claro que os casos noticiados não correspondem à totalidade daqueles que ocorrem localmente em diferentes partes do país. Apesar disso, os dados acima demonstram que há também, mesmo que temporariamente, um aumento da demanda do público por esse tipo de manchete. De tal maneira, por se tratar de um fenômeno espreado e de difícil sistematização, o objetivo deste debate não é aprofundar a análise sobre as motivações de tal crescimento, mas sim apontá-lo como resultado da guerra imagética entre bons e maus, considerando a reincidência das guinadas em diferentes momentos da história e sua relação com casos marcantes.

No dia 01 de fevereiro de 2014, um adolescente de 15 anos foi espancado por populares no bairro do Flamengo (Rio de Janeiro). Além de sofrer as agressões, o menino foi despido e preso a um poste por uma trava de bicicleta, vítima,

<sup>68</sup> Cerqueira; Noronha, 2004, p.166.

segundo testemunhas, de três homens mascarados. Os bombeiros precisaram ser chamados para libertá-lo e encaminhá-lo ao hospital. De lá, após o atendimento, o adolescente fugiu e permaneceu com a identidade desconhecida até ser apreendido semanas depois pelo ato infracional de furto. Na ocasião, uma mulher ao testemunhar a ação, entrou em defesa do menino, lhe deu um papel para se cobrir e chamou as autoridades. Durante a espera, bateu uma foto do garoto e postou no seu perfil pessoal do Facebook, com o intuito de mostrar sua indignação.

A imagem teve imediata reprodução e compartilhamento, o que fez com que o fato fosse noticiado amplamente em tv e jornais, nacional e internacionalmente. A importância do papel midiático nesse caso foi tamanha que a própria Polícia Civil chegou a informar “que a delegada titular da 9ª DP (Catete), Monique Vidal, registrou o caso na unidade como lesão corporal, **após tomar conhecimento pela imprensa**”<sup>69</sup>. No dia seguinte, em telejornal do SBT, a jornalista Raquel Sheherazade, em seu editorial, chama o caso de “legítima defesa coletiva”, corrobora a ação dos justiceiros<sup>70</sup> e refere-se ao adolescente como “marginalzinho”<sup>71</sup>.

O comentário na íntegra diz o seguinte:

“O marginalzinho amarrado ao poste era tão inocente que, ao invés de prestar queixa contra seus agressores, preferiu fugir antes que ele mesmo acabasse preso. É que a ficha do sujeito está mais suja do que pau de galinheiro. No país que ostenta incríveis 26 assassinatos a cada 100 mil habitantes, que arquiva mais de 80% de inquéritos de homicídio e sofre de violência endêmica, a atitude dos vingadores é até compreensível. O Estado é omissivo, a polícia é desmoralizada, a Justiça é falha. O que resta ao cidadão de bem que, ainda por cima, foi desarmado? Se defender, é claro. O contra-ataque aos bandidos é o que chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite. E, aos defensores dos Direitos Humanos, que se apiedaram do marginalzinho preso ao poste, eu lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil, adote um bandido.”

Foi em decorrência deste comentário, também compartilhado e referenciado reiteradamente, que ocorreu mais uma vez o estopim para a manifestação de apoio ao vigilantismo e justificação, na medida em que se ampliaram tanto

---

<sup>69</sup> G1,2014a, grifo meu.

<sup>70</sup> No dia 30 de outubro do mesmo ano, dez pessoas de classe média foram detidas por tráfico de drogas e associação por tráfico de drogas na Zona Sul do Rio de Janeiro, entre elas os agressores do adolescente amarrado ao poste.

<sup>71</sup> SBT, 2014.

o apoio aberto à violência em resposta à criminalidade quanto às vias de fato contra dezenas de vítimas nos meses seguintes. Raquel Sheherazade foi acusada de desrespeitar o código de ética do jornalismo no Art. 7º inciso V, uma vez que usou a sua posição na bancada “para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime”<sup>72</sup>, sendo acionada, junto à emissora, pelo Ministério Público para prestar esclarecimentos sobre a fala em questão. No final do mês de março do mesmo ano, após uma série de repercussões negativas, a aceitação da denúncia pela Procuradoria Geral da República, junto a consequente cobrança por uma responsabilização, a jornalista saiu de férias e retornou às atividades apenas em meados do mês de maio<sup>73</sup>, 21 dias após o linchamento de Fabiane Maria de Jesus.

Em 2014, praticamente em mesmo percurso midiático de Matupá em 1991, foi possível verificar um aumento expressivo, de um mês para outro, na ocorrência de referências a casos de linchamentos na mídia, junto aos comentários de simpatia e adesão vindos por parte do público. Isso demonstra, paralelamente, que há de fato uma relação estreita entre a disseminação de discursos e relatos (filmados ou não) e o crescimento imediato no interesse sobre outros acontecimentos semelhantes. Ao longo do primeiro semestre, o fenômeno cresce, retorna à seara das redes sociais para debates extensos e resulta em outra série de notícias sobre justiça e linchamentos por todo o país, chegando a 62 ao longo de todo o período.

Em levantamento realizado por mim e inspirado naquele produzido pelo NEVUP, foram classificadas 62<sup>74</sup> reportagens<sup>75</sup> de linchamentos e tentativas de linchamentos no Brasil, apenas no 1º semestre de 2014<sup>76</sup>. No comparativo com os dados sistematizados pelo NEVUP, já no mês de janeiro somam-se praticamente

---

<sup>72</sup> Fenaj, 2014.

<sup>73</sup> Durante o período eleitoral brasileiro (julho-outubro de 2014) a jornalista teve seu quadro de comentários suprimido da pauta do jornal.

<sup>74</sup> As reportagens foram filtradas, tomando-se o cuidado de não assentir nenhum caso em duplicidade.

<sup>75</sup> Sobre as palavras-chave “linchamento” e “espancamento” no site do G1. Cabe destacar que a seleção desta fonte, portal de notícias da Rede Globo, deve-se ao fato de esta ser a maior rede de televisão do país, deter os maiores índices de audiência televisiva e ser considerada pelo senso comum como fonte confiável de transmissão de notícias.

<sup>76</sup> Admito renunciar à totalidade dos casos ocorridos no período recortado pois que, embora tenha considerado a fonte jornalística mais abrangente do país, uma vez que todas as notícias, até mesmo as locais de responsabilidade das retransmissoras, estejam agregadas no portal, não há a garantia que todos os casos ocorridos tenham sido noticiados. Muitos ficam restritos aos municípios e passam por acontecimentos “normais”, citados no máximo nos programas policiais locais.

as ocorrências de todo o ano de 2006<sup>77</sup>, ao passo que, a partir de fevereiro é possível verificar um crescimento de quase 270% nos casos noticiados.

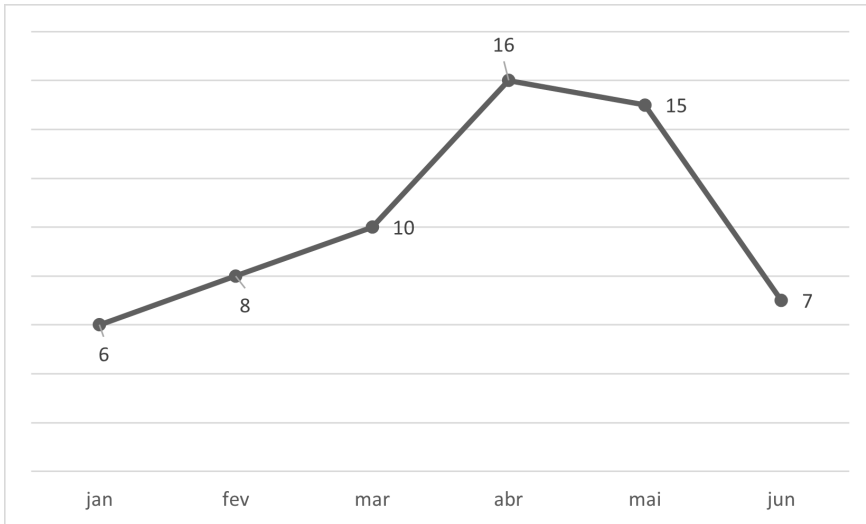


Gráfico 2 – Número de linchamentos ocorridos no primeiro semestre de 2014. Fonte: G1, 2014.

Mais uma vez, os relatos jornalísticos dão ênfase à qualificação das pessoas linchadas e às justificativas pontuais que motivaram a ação dos linchadores. Os casos levantados dizem respeito, em sua maioria, a situações envolvendo homens jovens, acusados de cometer furtos e roubos, ou envolvidos em acidentes de trânsito com vítima. Em vista disso, é importante destacar que aparecem, com bastante clareza, nos relatos e nas defesas acaloradas das redes sociais, os 4 estereótipos persecutórios do bode expiatório apontados por Girard<sup>78</sup>:

- a instauração da crise indiferenciadora,
- o crime indiferenciador,
- as marcas vitimárias e
- o assassinato coletivo.

<sup>77</sup> Para esta leitura não foram levantados os dados referentes aos anos que compreendem o intervalo entre o último levantamento do NEVUP (2006) e o realizado por mim no primeiro semestre de 2014, o que certamente prejudica um olhar mais objetivo sobre o período atual, no sentido de verificar se houve a manutenção das baixas ocorrências dos anos 2000 e 2010 e se o crescimento apontado em 2014 de fato trata-se de um salto importante como foi o de 1991. No entanto, entendo que seja possível avaliar as relações propostas na análise, tendo em vista o papel análogo que a mídia apresentou nos dois eventos em questão, bem como as suas consequências.

<sup>78</sup> Cf. Girard, 2004, pp.19-32.



Com efeito, o flagrante sobre a falta cometida pelo criminoso junto à consternação com relação às suas vítimas revelam a disposição da crise momentânea e o imperativo unânime do suplício. Produz-se sobre o ódio instaurado a justificativa para a ação coletiva, pautada tanto na ação do bode expiatório quanto nas marcas que o identificam como um possível reincidente. Em outras palavras, produz-se uma personagem que concentra em si a tragédia de todo o evento e promove a catarse coletiva diante de seu flagelo.

Como ilustração da produção dessa personagem em diferentes situações e sazonalidades, realço a qualificação de vítimas de linchamentos levantadas por Natal<sup>79</sup> em 29 anos de registros jornalísticos na região metropolitana de São Paulo. As palavras aparecem, com maior ou menor destaque, de acordo com sua reiteração ao longo de todas as reportagens. É possível, assim, perceber que se tratam, em sua maioria, de homens que cometeram crimes contra o patrimônio (furtos e roubos) e que a qualificação mais comum varia mais entre bandido e marginal do que entre acusado e suspeito, de modo que tais sujeitos são automaticamente condenados no local e passam a ser sentenciados em função da presunção de culpa.

Do total de 62 casos em 2014, em 14 deles, as vítimas morreram em decorrência dos ferimentos. Entre eles, um adolescente de 17 anos que tinha problemas mentais e sofria de epilepsia. O jovem foi acusado de uma tentativa de estupro e foi espancado duramente conforme mostram imagens que também circularam por algum tempo nas redes sociais. Morreu no estado do Espírito Santo, no dia 09 de abril, exatamente no mês de maior incidência de reportagens. Era inocente.

No dia 03 de maio a vítima é Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, espancada por populares. Três meses após o fato que envolveu o adolescente no Rio de Janeiro, desta vez no Guarujá, no estado de São Paulo, a mulher foi morta depois de circular pelo Facebook uma denúncia e um retrato falado que a identificavam como uma sequestradora de crianças. Acusada de bruxaria e magia negra, a mulher, que havia saído da igreja no domingo anterior ao dia das mães, foi brutalmente assassinada em decorrência do boato compartilhado, o que se soube, tempos depois, se tratar de um texto apócrifo.

O primeiro post que se tem notícia afirma que a suposta sequestradora já havia vitimado 37 crianças e data de 07 de abril de 2014. Publicado por um perfil particular, foi compartilhado mais de 7 mil vezes. Já nos dias 25 e 28 de abril, o boato toma proporções maiores e se torna pauta da *fanpage* Guarujá Alerta.

---

<sup>79</sup> Cf. Natal, 2012.

Quase 20 dias após a circulação do rumor pelos perfis de diferentes usuários, a página primeiramente reforça o alerta, mas previne sobre a possibilidade do boato. Três dias depois, afirma com veemência que não existiam ocorrências envolvendo o sumiço ou assassinato de crianças e que, portanto, os seguidores deveriam permanecer tranquilos. Contudo, embora não seja possível recuperar a data, em decorrência do fechamento da página e do sigilo do processo, há a admissão do próprio administrador dela que o retrato falado também foi publicado por ele.

Foi publicado um retrato falado. Nunca publicamos foto alguma, como diz o advogado da família. Horas depois foi removido. Não me sinto culpado porque minha intenção sempre foi alertar a população do ‘Guarujá Alerta’ que tudo se tratava apenas de um boato. Já estávamos mostrando, nitidamente, para a população ver que realmente aquilo se tratava de um boato. Então faltou, daquele pessoal que foi lá e fez aquela atrocidade, interpretar um pouco mais o que nós estávamos querendo passar para a população. Foi retirado horas depois do ar, já começamos a montar as notas informando para a população que isso era apenas um boato.<sup>80</sup>

De acordo com as investigações, foi essa publicação a responsável pelo amplo crescimento do rumor que culminou no linchamento praticado no início do mês de maio. Uma das causas se deve ao papel informativo da *fanpage* e o estatuto de verdade produzido por ela, já que no dia 26 de fevereiro de 2014 a página publicou uma “Nota ao seguidor”, informando que a partir daquela data havia firmado parceria junto à Polícia Militar, o que sugere, por sua vez, que as informações publicadas estavam assentadas em fontes oficiais. Contudo, Fabiane foi acusada e condenada por vizinhos e conhecidos em decorrência do fato produzido nas redes sociais. Com a elucidação do caso, soube-se que o retrato falado, na realidade, datava de 2012 e se referia a uma ocorrência de tentativa de sequestro no Rio de Janeiro. Nele, ilustra-se a imagem de outra mulher, que após identificação por populares também passou a sofrer ameaças. No dia do linchamento de Fabiane, a página publicou uma mensagem dessa segunda mulher, onde ela afirmava sua inocência. Dias após o ocorrido, uma nota final foi publicada e a página foi retirada do ar.

A violência foi tanta, que os linchadores<sup>81</sup> chegaram a usar como armas, além de pedaços de pau, a própria bicicleta da vítima. Segundo testemunhas

---

<sup>80</sup> Dono de ‘Guarujá Alerta’ diz não ser culpado e afirma receber ameaças. G1. 10 de maio de 2014. Disponível em <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/dono-de-guaruja-alerta-nao-se-diz-culpado-e-afirma-receber-ameacas.html>

<sup>81</sup> Dois vídeos estão disponíveis no site do G1, no primeiro, editado com 1 minuto e 29 segundos de duração, é possível ver parte das agressões. No outro, um dos agressores conversa

que a conheciam, Fabiane sofria de transtorno bipolar mas nunca demonstrou comportamentos violentos, em especial com as filhas, uma de 12 e outra de 1 ano. No dia dos fatos, havia saído de casa para ir à igreja buscar a sua bíblia. Embora os agressores conhecessem a ela e a família, ainda assim projetaram na vizinha todas as insígnias do bode expiatório, independentemente das relações que mantinham com ela. De acordo com José de Souza Martins, em texto publicado pelo Estadão, a população linchou “uma inocente que é branca, religiosa, duas filhas, benquista pelos vizinhos, adoentada, pacífica. A típica mãe do Dia das Mães. Seu linchamento é como se esta sociedade linchasse um de seus símbolos fundamentais”<sup>82</sup>, o que demonstra também a irracionalidade da ação violenta decorrente da ficção promovida por esses textos, manchetes e *posts*.

O engano sobre a identidade do criminoso, como é o caso do adolescente morto no Espírito Santo e Fabiane, bem como do pedreiro no Rio Grande do Norte no mês de março e do professor de história em São Paulo no final de junho (ambos confundidos com ladrões), atesta que não há um julgamento prévio nas ações promovidas pela multidão, e sim um processo catártico absoluto pelos registros apontados nos textos e nas imagens. Esses registros, não menos dramatizados e produzidos como narrativas, se justificam na reafirmação dos altos índices de criminalidade e reincidência junto às baixas taxas de resolução de casos e punições, reiterados como causa desses eventos. Em vista disso, foi somente após a morte de Fabiane e da perplexidade do público diante do resultado do boato, que os jornais se viram obrigados a modificar seu discurso, resultando em uma alteração significativa no noticiamento de eventos violentos já no mês seguinte. Os casos caem à metade, praticamente à condição “normal”, haja vista a predisposição ao erro presente em situações como essa.

Tal evento, independentemente do “erro”, junto à multiplicação de páginas-denúncia no Facebook, bem como do compartilhamento de vídeos amadores e a aclamação positiva do público diante da violência contra os “bandidos”, aponta o resultado perverso da já referida guerra imagética, onde a relação entre violência social e sua alegorização transparece na produção de vidas nuas e na gestão da vida e da morte, agora pelos *likes* e compartilhamentos dos usuários das redes. Embora a mídia tradicional tenha se tornado um pouco mais cuidadosa na divulgação desses eventos é possível ter acesso a diversos vídeos de linchamentos nas redes sociais, pois trata-se, em suma, de uma produção de sentido informal sobre a violência social, determinando assim quais são as ações decorrentes no

---

com Fabiane após as agressões, com duração de 1 minuto e 49 segundos.

<sup>82</sup> Martins, 2014.

espaço da rua e as suas justificativas. Em outras palavras, a profusão discursiva da violência<sup>83</sup>, a produção de um contexto, da biografia, a descrição dos fatos e os retratos falados correspondem, mesmo nas redes sociais com os “anônimos”, às informações produzidas e disseminadas pelo “informado” de Williams<sup>84</sup>, que é visto pelo público como portador de um atestado de competência, já que supostamente teria acesso a fontes confiáveis.

## 4.4 A VIOLÊNCIA COMO FICCIONALIZAÇÃO

Estes acontecimentos e suas reverberações trazem nas suas trajetórias pontos importantes para a reflexão da comunicação tecnologicamente mediada, uma vez que ilustram algumas das consequências sobre as apropriações das técnicas de comunicação, bem como das suas tecnologias. Embora os eventos em si não sejam, também, uma novidade, a considerar, por exemplo, a produção midiática do Bandido da Luz Vermelha<sup>85</sup> ainda na década de 60 e a Chacina de Matupá, na década de 90, é importante debater a forma pela qual se transfere, mais uma vez, a produção de registro histórico para os “anônimos” das redes sociais, que, por sua vez, influem diretamente nos acontecimentos extrarrede e

---

<sup>83</sup> Adorno, 2018.

<sup>84</sup> Cf. Williams, 2005, p.46.

<sup>85</sup> Foi em decorrência de sua relação com a mídia que o Bandido da Luz Vermelha tornou-se um dos primeiros grandes criminosos brasileiros. Passou 30 anos preso e ao ser solto dava autógrafos, entrevistas para televisão e vivia uma vida pública que foi acompanhada na mais vigorosa intimidade, constando filmagens e reportagens em sua casa, transmitidas no Programa do Ratinho, por exemplo. Inspirado em Caryl Chessman, o “Red Light Bandit” que escreveu sua autobiografia enquanto preso nos EUA, João Acácio Pereira da Costa foi procurado ao longo de 6 anos, com direito à primeira página nos jornais e prisão de 3 outros indivíduos que foram confundidos com ele. Foi, por fim, preso no Paraná e foi o único brasileiro a cumprir integralmente os 30 anos máximos de prisão em regime fechado. Foi morto cinco meses após sua soltura. Em 1968, dois anos após sua prisão, é lançado o icônico filme de Rogério Sganzerla, que inspirado na imagem produzida e celebrizada do bandido, se apresentou como “um faroeste sobre o Terceiro Mundo”, com duras críticas às metrópoles da época. Já em 2009 é lançado Luz nas Trevas – A Volta do Bandido da Luz Vermelha, com roteiro do próprio Sganzerla e direção de sua esposa e protagonista no primeiro filme, Helena Ignez. Neste, o bandido é protagonizado por Ney Matogrosso. Vale lembrar que, antes de Luz Vermelha, Mario de Andrade já havia se inspirado no primeiro *serial killer* brasileiro, Febrônio Índio do Brasil, para compor Macunaíma em 1928.

têm produzido discursos ficcionais sobre a realidade, em decorrência da excessiva dramatização dos acontecimentos.

Ademais, a guerra imagética elaborada pela erupção dos *indivídeos*<sup>86</sup> é responsável por elaborar imageticamente até mesmo a sua autoconcepção. A construção do corpo, da cidade, dos espaços transitáveis agora passa por esta relação, em que a tríade cultura, consumo e comunicação torna-se, na verdade, uma composição presente no interior da relação de produção, de trabalho, na construção do valor e dos referentes, e também na elaboração de uma mais-valia cognitiva<sup>87</sup>. As mercadorias visuais passam assim a ser multiplicadas como espetáculos visuais, propaganda, em que a própria dimensão cultural é a responsável por criar “um valor acrescido entre o corpo da mercadoria e o corpo do consumidor”<sup>88</sup>. Analogamente, o deslocamento (em parte) do agenciamento da violência da mídia tradicional para a plateia com *smartphones* se pauta no paralelo entre mídia, viralização e ficção, quando fatos supostamente reais são acrescidos da dramatização, já familiar ao público jornalístico e televisivo, transformando uma história narrada individualmente em fato verdadeiro na proporção em que é compartilhado.

As publicações dramatizadas nas redes sociais, privatizadoras de eventos públicos, têm como mote a produção de uma narrativa para qualquer que seja o fato, sendo capazes, igualmente, de elaborar biografias para as vítimas e seus algozes. A diferença, portanto, quando comparados todos esses casos, se dá pelo espraiamento da produção de histórias. O Facebook permite que agora se produzam fatos autonomamente, que reproduzidos ganham estatuto de verdade. Ocorre que a plataforma, em decorrência da sua estrutura técnica, se ratifica como uma fonte de informação por excelência entre usuários assíduos. Substitui a televisão e os noticiários como fontes exclusivas e faz com que o *feed de notícias* seja a referência da realidade e dos acontecimentos, já que presta atualização imediata e é mediado pelos “amigos”.

De acordo com Baudrillard, as informações transmitidas pela mídia e pelos “anônimos” nas redes sociais são construídas sobre uma “credibilidade instantânea”, uma vez que se tornam verdadeiras por “serem verdadeiras em tempo real”<sup>89</sup>. A “escala de verossimilhança” varia em função da reprodução dos discursos e das provas apresentadas na sua publicação. Ou seja, a “verdade fractal” presente em uma ou outra dimensão é decorrência da forma pela qual é

---

<sup>86</sup> Cf. Canevacci, 2005, p.105.

<sup>87</sup> Cf. Canevacci, 2009.

<sup>88</sup> Canevacci, 2009, p.32.

<sup>89</sup> Baudrillard, 2011, p.45.

apresentada e reproduzida. Se a afirmação de uma suspeita vem acompanhada de um rosto, de uma localidade e de um período, é mais fácil para os receptores deste lugar admitirem tal informação como verdadeira em decorrência da sua repetição. De tal maneira, a “desestabilização da verdade”<sup>90</sup> é resultado de uma “dramaturgia midiática”, já que se constrói sobre arquétipos e dispositivos narrativos historicamente injetados nos sentidos sobre o mundo e a vida de cada indivíduo.

Dada à velocidade dos acontecimentos e a forma pela qual as informações são transmitidas, a prioridade do olhar se volta aos “fatos *omnibus*”<sup>91</sup>, à leitura das manchetes quase como anúncios publicitários, mesmo quando tratam de assuntos violentos, agora naturalizados como acontecimentos “normais” dada a prévia alfabetização televisiva. A reprodução de informações e fatos passa mais pelo crivo dos pares que das fontes tradicionais, fazendo com que os primeiros assumam a confiabilidade das informações, justamente pela relação de proximidade produzida pela plataforma. Se um amigo ou familiar faz uma afirmação, torna-se muito mais fácil admitir a sua posição como verdadeira em tempos de desconfiança e crise de representatividade, fazendo com que a sociologia espontânea<sup>92</sup> e a epistemologia do senso comum<sup>93</sup> passem a ser referências absolutas e resultem, por fim, na produção das *fakenews* e da pós-verdade<sup>94</sup>.

As mensagens da mídia adquirem o que chamarei de “elaboração discursiva”: elas são elaboradas, comentadas, clarificadas, críticas e elogiadas pelos receptores que tornam as mensagens recebidas como matéria para alimentar a discussão ou o debate entre eles e com os outros. O processo de elaboração discursiva pode envolver indivíduos que não tomaram parte na quase-interação mediada – como quando, por exemplo, se descreve o que se viu na televisão a amigos que não assistiram um determinado programa. E assim as mensagens da mídia adquirem uma audiência adicional de receptores secundários que não participaram diretamente da quase-mediada, mas que assimilaram alguma versão da mensagem através da interação face a face com os receptores principais.<sup>95</sup>

---

<sup>90</sup> Ibid., p.59.

<sup>91</sup> Bourdieu, 1997, p.23.

<sup>92</sup> Cf. Bourdieu, 2004.

<sup>93</sup> Cf. Jodelet, 2001.

<sup>94</sup> Cf. Oxford Dictionaries, 2016; Keyes, 2004. Martin Shovel (@martinshovel), 3 de dezembro de 2016 no Twitter. (366 Retweets e 313 curtidas). Disponível em <https://twitter.com/Martin-Shovel/status/804968341471457280> .

<sup>95</sup> Thompson, 1999, p. 100.

Rigorosamente falando, qualquer afirmação que seja repetida inúmeras vezes passa a valer tanto quanto as fontes que usam de dados e argumentos consistentes para desmenti-la. Desde o caso de Fabiane e seu resultado trágico até a falsa concordância do Papa Francisco à candidatura de Donald Trump ou o tratamento precoce para Covid, por exemplo, demonstram que a realidade se assenta em ficções perigosas e que a tecnologia é instrumento fundamental para essa nova forma de comunicação. O imediatismo da pós-verdade é decorrência, também, da alfabetização sobre a imagem e da comunicação baseada na fórmula comunicacional apresentada neste texto, uma vez que a apreensão da realidade está agora condicionada, mais do que nunca, à velocidade e ao formato das notícias, e, sobretudo, à privatização delas. Mais uma vez, a dramatização dos fatos e a celebração das personagens e autores são suficientes para produzir o valor de um determinado fato compartilhado, independentemente de ser verdadeiro ou não. A técnica que produz a interação entre os usuários, somada ao filtro algorítmico que aproxima os temas de interesse para cada um, são garantias que o “ator”<sup>96</sup>, na interdependência da rede, possa ser visto e torne-se ele mesmo referência das experiências, já que são as emoções o motor para apreensão da realidade, mais que os fatos objetivos.

Mediante o exposto, tomando por base o recorte dessa seção a relação entre violência, imagens e redes sociais, é possível admitir que a alegorização da violência se dá, portanto, sobre uma construção ficcional e ritualística da realidade social. Elabora-se a partir de um conjunto de produções de sentido, que obviamente expressa as relações de poder e se substancializa nos agentes de autoridade (formais ou informais), fazendo com que sejam assim sacralizados e, em consequência, transformados em bastiões da verdade. A produção do bem e do mal e a celebração da morte e da punição garantem a personificação dos valores embutidos nas relações e na avaliação que os sujeitos fazem de si e dos demais, considerando a difusão de narrativas como relatos fidedignos dos fatos cotidianos. Sem apreender os juízos de valor e as expressões normativas dos discursos da mídia ou dos seus pares, desconsideram também que cada um desses textos representa ideologias e determina também o valor de cada personagem presente nas narrativas. De tal maneira, os dois lados possuem seus profetas.

Ao passo que ainda se reforçam as celebrações dos “heróis” nas narrativas contemporâneas, alguns “inimigos” figuram no imaginário coletivo como personagens dignas de admiração. Tal qual o Bandido da Luz Vermelha atualizado na figura de Fernandinhos Beira-Mar, Goleiros Bruno e Suzanes

---

<sup>96</sup> Cf. Latour, 2013.

Richthofen, reforça-se também o televisionamento da violência explícita da Chacina de Matupá nos casos de Isabelas Nardonis e Eloás, o que resulta na amplificação do discurso da violência, no aumento significativo do interesse sobre esses casos (seja pelo efeito *copycat* ou pelo noticiamento em nome da crescente audiência do público), bem como no reforço de figuras como Ratinhos e Datenas como bedéis desses espetáculos.

Destaco duas imagens que ilustram igualmente a celebrização do “bandido”. Na primeira, “fãs” fazem fotografias com Bruno<sup>97</sup> na ocasião da sua soltura em 2017 e a seguir crianças levam flores para o Bandido da Luz Vermelha<sup>98</sup> em decorrência da sua prisão em 1967, demonstrando que o crime tem pesos diferentes de acordo com o tratamento midiático dado ao criminoso mesmo num intervalo de 50 anos.

Independentemente das faltas cometidas, Rogério 157 e goleiro Bruno tornam-se celebridades com as quais é válido e valoroso o registro, bem como a sua publicação. São celebridades como quaisquer outras. O acesso exclusivo a pessoas ou circunstâncias produz valor quando registrado e compartilhado nos sites de relacionamento, fazendo com que essa fotografia, por exemplo, substitua os autógrafos que também eram distribuídos por Luz Vermelha. De tal maneira, a produção de personagens bem quistas também promove o fanatismo e incentiva os anônimos a traçarem mesmo percurso. Caso não sejam exitosos, seguem como os bodes emissário e expiatório dignos de punição.

Nestes casos, rostos, corpos e famílias são expostos, ora como troféus, ora como ameaças, num discurso midiático que induz à informalidade e a práticas que definem e influenciam a gestão da vida e da morte. Na medida em que se perfaz a construção coletiva e ficcional de criminosos puníveis, se revisitam igualmente os dispositivos jurídicos, agenciamentos situados e práticas cotidianas. De acordo com Foucault, “não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade”<sup>99</sup>. Em outras palavras, tais discursos manejam o antagonismo entre o mundo da disciplina e da governmentalidade, ou seja, entre a fixação das hierarquias e a gestão de liberdades.

---

<sup>97</sup> Lincon Zarbiatti/O Tempo/Folhapress, 2017 <https://veja.abril.com.br/brasil/bruno-vai-ao-forum-tira-selfie-com-fa-e-diz-que-ira-morar-no-rio/>

<sup>98</sup> O galante e sanguinário Bandido da Luz Vermelha, Revista O Cruzeiro, ed. 48, 26 de agosto de 1967, pp. 4-9. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&PagFis=1>

<sup>99</sup> Foucault, 2000b, p. 28-29.



Entendendo que a liberdade é um instrumento de poder e que o Estado liberal constitui-se no espaço onde se arbitram as responsabilidades sobre ela, embute-se no indivíduo o compromisso com a disciplinarização de si<sup>100</sup>, de modo que ao falhar neste exercício, as punições e suplicios do mundo disciplinar podem ser aplicados a ele<sup>101</sup>. Em suma, o sujeito pode, tendo em vista as vantagens da posição, optar pela construção de si como o vida loka em detrimento do zé mané, sofrendo, é claro, as consequências da decisão. A gestão da vida e da morte e a passagem do mundo disciplinar para o mundo da governança constituem para Foucault o nascimento da biopolítica, quando passam a ser determinados, portanto, os riscos e probabilidades de forma calculada, enquanto o indivíduo é responsabilizado pela sua própria “empresa”, como um “empreendedor de sua própria ‘firma’”<sup>102</sup>. Constrói-se assim a ideia de vulnerabilidade por meio de indicadores oficiais, muitas vezes não menos ficcionais, junto a uma pretensa verdade transmitida pelos meios de comunicação. A partir daí fica evidente a forma pela qual também são construídos os perfis de risco e as suspeitas generalizadas junto ao anseio obstinado de suas inquirições.

Os encargos de autogestão individual e o resultante perverso da produção de vidas nuas transferem, assim, as obrigações ao indivíduo e a legitimidade da punição a aqueles que deixarem de cumprir com seus papéis. Assim, os linchamentos são aceitos com relativa naturalidade e incentivados a partir de pretextos, sejam eles o caráter falho do sujeito ou sua “inabilidade”, pendendo ora para a supressão e controle dos problemas sociais, ora para a extinção das vidas não-produtivas, insignificantes e, portanto, matáveis. Os equívocos com relação ao julgamento de Alailton, Fabiane, o professor André e o pedreiro sem nome, que mesmo inocentes foram espancados, resultando na morte dos dois primeiros, não diminui o desejo de punição catártico que sustenta o fenômeno. Isso demonstra ainda que, embora os parâmetros para o julgamento sejam sustentados pelas emoções e pela reprodução incessante dos discursos normativos, continuarão sendo reproduzidos, uma vez que entre os 62 casos do primeiro semestre de 2014, apenas 4 ganharam visibilidade na mídia por serem considerados injustos.

Em resumo, ao considerar esses eventos deslocados das relações com a comunicação ou as tecnologias de compartilhamento e difusão de conteúdo, perdemos a relação de continuidade e comparação entre as diferentes épocas, desconsiderando, por exemplo, que a mulher linchada no Guarujá foi uma produção ficcional na mesma proporção de o Bandido da Luz Vermelha, ou que

---

<sup>100</sup> Cf. Ferguson; Gupta, 2012; Deleuze, 1992.

<sup>101</sup> Cf. Merry, 2001, p.19.

<sup>102</sup> Ferguson; Gupta, 2012, p.989.

a banalização da violência em Matupá também resultou em uma celebração do justicamento como no caso do garoto do poste. O corpo nu<sup>103</sup> de ambos, o justicamento como prática legitimada pela mídia tradicional e o campo de batalhas aberto nos *feeds* das redes sociais demonstram assim que este fenômeno está imbricado na imagem e na produção de verdade sobre agentes e contextos.

É claro que este debate não se esgota na relação entre violência e imagem, até porque não é minha pretensão realizar uma sociologia da violência na sua acepção sincrônica e diacrônica, e sim uma sociologia da circulação de imagens violentas como mercadorias visuais. Contudo, acredito que este recorte analítico e teórico traz fundamentos importantes para esclarecer questões que são fundamentais para a própria sociologia, entre elas a produção de uma nova estrutura de sentimentos ou a ênfase hodierna na perspectiva do senso comum em detrimento da reflexão teórico-científica, já que cotidianamente as opiniões se bastam como argumentos válidos na apreensão da vida nos sites de relacionamento. Não é por acaso que os eventos narrados aqui têm ligação profunda com as mídias, seja a televisão ou a internet, uma vez que a alegorização do crime e o uso da imagem para o tratamento da violência passa mais uma vez pelo “flow” programado, responsável por uma produção generalizada de dramatização na realidade social, onde as apreensões sobre os fatos e os acontecimentos transitam pelo filtro dos comentaristas jornalísticos, pela publicidade e pela ficção romanesca das novelas, fazendo com que a vida seja interpretada com base na relação entre bandidos e mocinhos, em opiniões particulares extensivamente reproduzidas nas redes sociais e na compreensão da própria vida como um roteiro, onde as personagens têm também por referência práticas de consumo e comportamento que se alteram continuamente.

Nesse sentido, é inteligível a produção do “inimigo”, pois o agenciamento que opera por meio desses discursos produz a distinção entre o nós e o eles, reforçando a produção do corpo nu como o extremo distópico do desvio. Com as redes sociais há um deslocamento dessa produção “analítica” e interventiva para um sem fim de profissionais e leigos, que demandam para si “lugares de fala” e entram em confronto com outros grupos em nome da manutenção das suas pautas. Sendo assim, a interseccionalidade, disputada em *fronts* teóricos e práticos, depende do controle do material e dos diferentes níveis de ficcionalização, legítimos ou não.

A confusão entre realidade e ficção nos anais da vida nas redes sociais tem como aspecto positivo a produção de uma poética da ficcionalização da

---

<sup>103</sup> Cf. Agamben, 2002.

vida, o que faz com que cada usuário das redes transforme seus registros em ricos diários públicos, autoreflexivos e *hiperlinkados*. Contudo, essa mesma ambiguidade faz com que se tornem ainda mais comuns equívocos esporádicos, seja com relação à apreensão da ficção como realidade, tal qual a ilustrativa invasão de marcianos narrada por Orson Wells em 1940, ou da realidade enleada à ficção, como a transmissão ao vivo do atentado ao World Trade Center em 2001, quando espectadores pensaram por alguns momentos se tratar de um filme televisionado.

Três exemplos ocorridos no Facebook demonstram os problemas com relação ao suposto controle de conteúdo promovido pela plataforma. O primeiro diz respeito a Kenneth Alan Amyx (Texas, EUA) que postou imagens ao lado do corpo da namorada assassinada por ele na *timeline* dela própria. Mesmo após denúncias, notificações e solicitações da família da vítima, o Facebook ainda levou 36 horas para remover o conteúdo, justificando que a imagem do corpo não representava, num primeiro momento, uma cena violenta<sup>104</sup>. Já o segundo caso diz respeito à remoção e bloqueio do perfil de Isis Anchalee, engenheira residente em São Francisco (EUA), que teve seu nome confundido com o acrônimo em língua inglesa para Estado Islâmico. A usuária precisou realizar três tentativas de contato com o Facebook, enviando inclusive seu passaporte para comprovar o nome de nascimento, tendo sua conta reativada 8 horas após o primeiro contato<sup>105</sup>. Por fim, o terceiro exemplo trata-se de um experimento brasileiro realizado pela equipe jornalística do Olhar Digital (UOL/Band) que se infiltrou em grupos de alcance nacional, onde são realizadas transações comerciais de drogas, armas e dinheiro falso. Um dos grupos contava à época com 7 mil membros e as compras e vendas eram realizadas de forma aberta e sem maiores pudores, ao passo que após denúncia pela própria equipe ao Facebook com base nos Padrões de Comunidade, alegando a venda de “drogas, armas ou outros produtos controlados”, duas denúncias foram negadas, cerca de 16 horas depois da notificação, sob argumento de que não violariam os seus termos<sup>106</sup>.

<sup>104</sup> Ver Police Say Man Posted Photo of Girlfriend’s Body on Facebook; It Lingered for 36 Hours. The New York Times, June 1, 2016. Disponível em <http://www.nytimes.com/2016/06/02/us/kenneth-alan-amyx-girlfriend-body-facebook-murder.html> ..

<sup>105</sup> Ver ‘Facebook thinks I’m a terrorist’: woman named Isis has account disabled, The Guardian, 18 November, 2015. Disponível em <https://www.theguardian.com/technology/2015/nov/18/facebook-thinks-im-a-terrorist-woman-named-isis-has-account-disabled> ..

<sup>106</sup> Ver Grupos no Facebook reúnem armas, traficantes e até dinheiro falso. Olhar Digital, 08/06/2016; Ferramenta de denúncia do Facebook não vê nada de errado com tráfico de drogas. Olhar Digital 09/06/2016. Disponíveis em [http://olhardigital.uol.com.br/fique\\_seguro/noticia/grupos-no-facebook-reunem-armas-trafficantes-e-ate-dinheiro-falso/58995](http://olhardigital.uol.com.br/fique_seguro/noticia/grupos-no-facebook-reunem-armas-trafficantes-e-ate-dinheiro-falso/58995) ;

Esses exemplos, em contraste ao compartilhamento de imagens, demonstram a importância desse debate, uma vez que a produção desses novos discursos confunde realidade e ficção e promove uma ameaçadora homogeneização de registros. A realidade passa a ser progressivamente estetizada e pode ser confundida com eventos ficcionais, ao passo que narrativas também podem ser tomadas como eventos reais, produzindo efeitos importantes na forma pela qual nos sensibilizamos e reagimos aos acontecimentos, com consequências graves para a produção de sentidos sobre a realidade social contemporânea.

Em resumo, a comunicação tecnologicamente mediada, baseada no uso dos sites de relacionamento, passa necessariamente por uma apropriação “informal” dos discursos tradicionais da mídia, reproduzindo a estética e a linguagem em novos produtos visuais. Se a existência nas redes está condicionada à produtividade em uma linguagem assentada na relação imagem + texto e a forma mais eficaz de diferenciar-se de outros “anônimos” é a privatização dos eventos públicos por meio de uma decorrente dramatização, a estetização pode ser considerada uma técnica deste processo, enquanto a ficcionalização é o seu resultado.

De tal forma, as condições que levaram ao linchamento de Fabiane, quando difundidas nas redes, representam, por fim, a ficção materializada em si, uma vez que antes de ser dirimido o engano, quem de fato foi espancada foi a personagem construída a partir dos relatos e publicações. Quem mata Fabiane são, obviamente, os linchadores, mas quem morre antes dela é a personagem produzida pelo compartilhamento e pelos *likes*, o que demonstra, evidentemente, que as relações produzidas no interior dos sites de relacionamento não estão limitadas exclusivamente a efeitos virtuais.